

Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.

Informações intermediárias em 30 de junho de 2026



Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais.....	3
Balanco patrimonial.....	5
Demonstrações do resultado.....	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às informações intermediárias	11
1 Contexto operacional	11
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	11
3 Gerenciamento de riscos	12
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	14
5 Aplicações financeiras vinculadas	14
6 Contas a receber de clientes	15
7 Imobilizado	15
8 Empréstimos, financiamentos e debêntures	16
9 Patrimônio líquido.....	19
10 Receita líquida de vendas	19
11 Custos operacionais	19
12 Despesas gerais e administrativas	19
13 Resultado financeiro	20
14 Partes relacionadas.....	20
15 Instrumentos financeiros	21
16 Imposto de renda e contribuição social corrente.....	22
17 Contingências	24
18 Eventos subsequentes.....	24



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.
Lajes - RN

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações para o período de três e seis meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Outros assuntos

Revisão dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e as informações intermediárias para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2025, foram examinadas e revisadas por outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria datado de 27 de fevereiro de 2026 e relatório de revisão datado de 14 de agosto de 2025, respectivamente, ambos sem modificação.

Fortaleza (CE), 14 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.788	11.153
Aplicações financeiras vinculadas	5	6.711	6.762
Contas a receber de clientes	6	5.085	5.184
Outros créditos		841	928
Partes relacionadas - outros créditos	14	—	2
Total do Ativo Circulante		23.425	24.029
Aplicações financeiras vinculadas	5	18.484	18.326
Outros créditos		264	553
Realizável a longo prazo		18.748	18.879
Imobilizado	7	290.770	296.166
Intangível		9	10
		290.779	296.176
Total do Ativo Não Circulante		309.527	315.055
Total do Ativo		332.952	339.084

As notas explicativas são parte integrante das Informações intermediárias.



Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A.*Balanço patrimonial
em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores		749	885
Empréstimos e financiamentos	8	6.164	5.477
Debêntures	8	11.198	11.840
Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	1.558	99
Obrigações fiscais		445	470
Imposto de renda e contribuição social	16	489	587
Outras contas a pagar		373	663
Total do Passivo Circulante		20.976	20.021
Empréstimos e financiamentos	8	144.875	143.749
Debêntures	8	78.114	78.826
Outras contas a pagar		292	584
Provisão para desmobilização		3.429	3.317
Tributos diferidos		11	—
Total do Passivo Não circulante		226.721	226.476
Passivo Total		247.697	246.497
Patrimônio líquido	9		
Capital social		85.417	85.417
Reserva legal		363	363
Reserva de lucros a distribuir		6.807	6.807
Prejuízos acumulados		(7.332)	—
Total do Patrimônio Líquido		85.255	92.587
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		332.952	339.084

As notas explicativas são parte integrante das Informações intermediárias.



Demonstrações do resultado

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receita líquida de vendas	10	25.525	25.404	13.099	12.985
Custos operacionais	11	(15.883)	(12.929)	(6.955)	(6.696)
Lucro bruto		9.642	12.475	6.144	6.289
Despesas gerais e administrativas	12	(658)	(483)	(370)	(258)
Outras despesas operacionais		(30)	(18)	—	(18)
Despesas operacionais		(688)	(501)	(370)	(276)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		8.954	11.974	5.774	6.013
Receitas financeiras	13	2.131	1.662	1.066	922
Despesas financeiras	13	(16.828)	(16.629)	(9.388)	(8.158)
Resultado financeiro		(14.697)	(14.967)	(8.322)	(7.236)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(5.743)	(2.993)	(2.548)	(1.223)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(1.578)	(1.365)	(781)	(722)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(11)	—	(11)	—
Prejuízo do período		(7.332)	(4.358)	(3.340)	(1.945)

As notas explicativas são parte integrante das Informações intermediárias.

Demonstrações do resultado abrangente

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Prejuízo do período	(7.332)	(4.358)	(3.340)	(1.945)
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—	—	—
Resultado abrangente total	(7.332)	(4.358)	(3.340)	(1.945)

As notas explicativas são parte integrante das Informações intermediárias.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	85.417	363	7.825	—	93.605
Prejuízo do período	—	—	—	(4.358)	(4.358)
Saldos em 30 de junho de 2025	85.417	363	7.825	(4.358)	89.247
Saldos em 31 de dezembro de 2025	85.417	363	6.807	—	92.587
Prejuízo do período	—	—	—	(7.332)	(7.332)
Saldos em 30 de junho de 2026	85.417	363	6.807	(7.332)	85.255

As notas explicativas são parte integrante das Informações intermediárias.



Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	30/06/2026	30/6/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do período		(7.332)	(4.358)
Ajustes para:			
Depreciação	7	7.119	6.574
Rendimento de aplicações	5	(1.435)	(1.238)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	9.760	9.679
Juros sobre debêntures	8	6.514	6.486
Imposto de renda e contribuição social	16	1.578	1.365
Apropriação do custo de captação	8	437	367
Outros		415	773
		17.056	19.648
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		99	(129)
Outros créditos		322	3
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		1.461	(996)
Fornecedores		(136)	548
Obrigações fiscais		(400)	(121)
Outras contas a pagar		(582)	1
Caixa gerado pelas atividades operacionais		17.820	18.954
Impostos pagos sobre o lucro	16	(1.301)	(1.217)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.519	17.737
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(7.856)	(15.894)
Resgates de aplicações financeiras	5	8.947	19.045
Aquisição de imobilizado	7	(1.723)	(110)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		(632)	3.041
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos acionistas	9	—	(1.126)
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(2.765)	(2.550)
Amortizações de principal - debêntures	8	(4.481)	(4.438)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(4.580)	(4.580)
Juros pagos sobre debêntures	8	(3.593)	(3.756)
Custo de captação - debêntures	8	—	(762)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(833)	(659)
Fluxo de caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		(16.252)	(17.871)
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(365)	2.907
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	11.153	3.804
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	10.788	6.711
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(365)	2.907

As notas explicativas são parte integrante das Informações intermediárias.



Notas explicativas às informações intermediárias

1 Contexto operacional

A Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A. ("Companhia") foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de Santa Léia 14 e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 66,1 MW de capacidade instalada, está localizado em Lajes (RN) e entrou em operação comercial plena a partir do dia 22 de setembro de 2023. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo. A controladora da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV").

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

Essas informações intermediárias foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com as notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração destas informações intermediárias, a Companhia considerou também as diretrizes da Orientação Técnica OCPC 07, evidenciando de forma objetiva apenas as informações relevantes e materiais que correspondem às utilizadas pela Administração na gestão dos seus negócios.

A emissão destas informações intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de agosto de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações intermediárias requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Em 30 de junho de 2026, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as informações financeiras intermediárias estão demonstradas nas notas explicativas:

Vidas úteis e valores residuais dos ativos imobilizados

Ao determinar a vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, a Administração exerce julgamento na definição do período esperado de utilização econômica dos ativos, considerando fatores como condições operacionais, desgaste físico esperado, histórico de desempenho e práticas de manutenção.



Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Novas normas, alterações e interpretações

Desde 1º de janeiro de 2026, diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis para o período corrente, entretanto, a Companhia não precisou alterar suas políticas contábeis ou fazer ajustes retrospectivos como resultado da adoção dessas normas novas ou alteradas.

As normas e interpretações novas ou alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas informações intermediárias, estão descritas a seguir:

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.



(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. ("CDV"), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas.

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são as dívidas apresentadas na Nota 8.

A Administração da Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para cumprimento do serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas pela Companhia, apresentadas na Nota 8, possuíam riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.



Análise de sensibilidade

Descrição	Saldo 30/06/2026	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	10.320	Baixa do CDI	10.138	9.961
Efeito no resultado	694		512	336
Aplicações financeiras vinculadas	25.195	Baixa do CDI	25.006	24.819
Efeito no resultado	740		551	365
Empréstimos e financiamentos	(159.853)	Alta do IPCA	(162.442)	(165.031)
Efeito no resultado	(9.760)		(12.348)	(14.937)
Debêntures	(95.545)	Alta do IPCA	(97.284)	(99.024)
Efeito no resultado	(6.514)		(8.253)	(9.993)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	468	778
Aplicações financeiras - fundo de investimentos (a)	10.320	10.375
Total	10.788	11.153

- (a) A Companhia possuía aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 foi de 6,85% (14,32% a.a em 31 de dezembro de 2025).

5 Aplicações financeiras vinculadas

a. Composição do saldo

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Aplicação vinculada – Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES	7.784	8.201
Aplicação vinculada – Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures	9.346	8.843
Aplicação vinculada – Conta de Pagamento da Debêntures	6.711	6.762
Aplicação vinculada – Conta Reserva de O&M	1.354	1.282
Aplicação vinculada – Conta de Complementação do ICSD	—	—
Aplicação vinculada – Conta Centralizadora	—	—
Aplicação vinculada – Conta de Seguros	—	—
Total	25.195	25.088
Ativo circulante	6.711	6.762
Ativo não circulante	18.484	18.326

As aplicações financeiras vinculadas são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela Companhia no contrato de financiamento celebrado com o BNDES em 30 de novembro de 2021 e na Escritura de Debêntures celebrada em 02 de dezembro de 2021, a saber: (i) Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures, (iii) Conta Reserva de O&M, (iv) Conta de Complementação do Índice de Cobertura da Dívida ("ICSD"), (v) Conta Centralizadora, (vi) Conta de Seguros e (vii) Conta de Pagamento da Debêntures – esta última classificada como ativo circulante no balanço da Companhia, pois o saldo constituído é utilizado para pagamento semestral das parcelas vincendas da Debêntures. As contas descritas nos itens (iii), (iv), (v) e (vi) são garantias compartilhadas entre os credores. Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelos credores para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Ademais, conforme previsto no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 de 6,70% (14,02% a.a. em 31 de dezembro de 2025).



b. Movimentação do saldo

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldos iniciais	25.088	25.999
Rendimento de aplicações	1.435	2.692
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(237)	(445)
Aplicações financeiras	7.856	17.947
Resgates de aplicações financeiras	(8.947)	(21.105)
Saldos finais	25.195	25.088

6 Contas a receber de clientes

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Venda de energia - terceiros	4.744	4.972
Venda de energia - partes relacionadas (nota 14)	341	212
Total	5.085	5.184

Em 30 de junho de 2026, a administração da Companhia considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

7 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	30/06/2026	31/12/2025
Torres anemométricas	10%	161	(64)	97	104
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	293.712	(34.868)	258.844	263.619
Edificações	3,33% a 4%	32.211	(3.157)	29.054	29.625
Instalações	10 %	16	(1)	15	16
Provisão para desmobilização	2,86%	2.995	(235)	2.760	2.802
Total		329.095	(38.325)	290.770	296.166

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2025	Adições	Adição Depreciação	30/06/2026
Torres anemométricas	104	—	(7)	97
Máquinas e equipamentos	263.619	1.723	(6.498)	258.844
Edificações	29.625	—	(571)	29.054
Instalações	16	—	(1)	15
Provisão para desmobilização	2.802	—	(42)	2.760
Total	296.166	1.723	(7.119)	290.770



Descrição	31/12/2024	Adições	Baixas	Adição Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	120	—	—	(16)	104
Máquinas e equipamentos	275.488	990	(243)	(12.616)	263.619
Edificações	30.769	—	—	(1.144)	29.625
Instalações	—	16	—	—	16
Provisão para desmobilização	2.888	—	—	(86)	2.802
Total	309.265	1.006	(243)	(13.862)	296.166

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Escritura de Debêntures

Em 02 de dezembro de 2021, ocorreu a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Ventos de São Lúcio I Energias Renováveis S.A., não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R\$77.500 (“Escritura de Debêntures”), com sistema de amortização semestral, conforme cronograma de pagamento (item c), sendo o primeiro pagamento realizado em 15 de julho de 2024, e o último a ser realizado em 15 de julho de 2041. O valor nominal unitário das Debêntures é atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, e sobre o valor nominal atualizado das Debêntures incidem juros remuneratórios de 7,61% a.a., desde a primeira data de integralização das Debêntures (17 de dezembro de 2021) até a data de cada efetivo pagamento.

As Debêntures são garantidas por meio de (i) fiança bancária, liberada em julho de 2025, mediante conclusão físico-financeira do empreendimento, conforme citado abaixo; e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações, penhor de aerogeradores e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre os Debenturistas e o BNDES, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

Em julho de 2025, a Companhia obteve a conclusão físico-financeira atestada, nos termos da escritura de debêntures. Este marco atesta a conclusão integral da etapa de implantação do empreendimento, conforme exigências estabelecidas, com a consequente exoneração das fianças bancárias que até então faziam parte do conjunto de garantias.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

A Administração monitora continuamente o atendimento dos *covenants* previstos nos contratos de financiamento. A apuração contratual do ICSD é realizada anualmente e, na última data de teste aplicável, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os *covenants* financeiros e não financeiros previstos em seus contratos.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$148.000 destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 6,16% ao ano. O principal da dívida com o BNDES deverá ser pago em 251 prestações mensais, onde a primeira prestação foi liquidada em 30 de março de 2024 e a prestação final será liquidada em 15 de janeiro de 2045.

O financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de



fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações e de aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre o BNDES e os debenturistas, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) estabelecendo que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

A Administração monitora continuamente o atendimento dos *covenants* previstos nos contratos de financiamento. A apuração contratual do ICSD é realizada anualmente e, na última data de teste aplicável, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se em conformidade com os *covenants* financeiros e não financeiros previstos em seus contratos.

a. Composição do saldo

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Escritura de debêntures	95.545	97.105
(-) Custo de captação	(6.233)	(6.439)
Debêntures	89.312	90.666
BNDES	159.853	157.437
(-) Custos de captação	(8.814)	(8.211)
Empréstimos e financiamentos	151.039	149.226
Total	240.351	239.892

b. Movimentação da conta

Descrição	BNDES	Escritura de Debêntures	Total
SalDOS em 1º de janeiro de 2025	148.475	96.648	245.123
Juros incorridos	16.431	11.244	27.675
Pagamento de principal	(5.158)	(9.010)	(14.168)
Pagamento de juros	(9.376)	(7.304)	(16.680)
Apropriação do custo de captação	396	374	770
Custo de captação pago no exercício	(1.542)	(1.286)	(2.828)
SalDOS em 31 de dezembro de 2025	149.226	90.666	239.892
Juros incorridos	9.760	6.514	16.274
Pagamento de principal	(2.765)	(4.481)	(7.246)
Pagamento de juros	(4.580)	(3.593)	(8.173)
Apropriação do custo de captação	231	206	437
Custo de captação pago no período	(833)	—	(833)
SalDOS em 30 de junho de 2026	151.039	89.312	240.351
Circulante	6.164	11.198	17.362
Não circulante	144.875	78.114	222.989



c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Empréstimos e financiamentos

Vencimento	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	%	Valor	%
2027	3.361	2%	6.505	4%
2028	5.638	4%	5.456	4%
2029	5.854	4%	5.666	4%
2030	5.421	4%	5.246	3%
2031	5.854	4%	5.666	4%
2032	6.505	4%	6.295	4%
2033	5.638	4%	5.456	4%
2034	5.638	4%	5.456	4%
2035	4.987	3%	4.826	3%
2036	4.987	3%	4.826	3%
2037	4.987	3%	4.826	3%
2038	4.987	3%	4.828	3%
2039	8.890	6%	8.604	6%
2040	14.311	9%	13.850	9%
2041	14.528	9%	14.059	9%
2042	16.696	11%	16.158	11%
2043	17.346	11%	16.787	11%
2044	17.346	11%	16.787	10%
2045	243	1%	233	1%
Total parcelas – longo prazo	153.217	100%	151.530	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(8.342)		(7.781)	
Saldo total – longo prazo	144.875		143.749	

Escritura de debêntures

Vencimento	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor	%	Valor	%
2027	3.915	4,66%	7.564	8,91%
2028	7.456	8,88%	7.202	8,49%
2029	6.582	7,84%	6.358	7,49%
2030	7.502	8,94%	7.246	8,54%
2031	6.832	8,14%	6.599	7,78%
2032	6.673	7,95%	6.446	7,60%
2033	6.526	7,77%	6.303	7,43%
2034	6.401	7,63%	6.182	7,29%
2035	6.594	7,86%	6.369	7,51%
2036	6.775	8,07%	6.544	7,71%
2037	6.480	7,72%	6.259	7,38%
2038	6.015	7,17%	5.809	6,85%
2039	4.206	5,01%	4.062	4,79%
2040	681	0,81%	658	0,78%
2041	1.295	1,54%	1.251	1,47%
Total parcelas – longo prazo	83.933	100,00%	84.852	100,00%
(-) Custo de captação – longo prazo	(5.819)		(6.026)	
Saldo total – longo prazo	78.114		78.826	



9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$85.417 em 30 de junho de 2026 (R\$85.417 em 31 de dezembro de 2025) e está representado por 85.417.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	30/06/2026			31/12/2025		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	80%	68.334	68.333.600	80%	68.334	68.333.600
Ares Eyner Participações S.A.	20%	17.083	17.083.400	20%	17.083	17.083.400
Total	100%	85.417	85.417.000	100%	85.417	85.417.000

10 Receita líquida de vendas

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Venda de energia elétrica	26.491	26.366	13.595	13.482
PIS e Cofins sobre vendas	(966)	(962)	(496)	(497)
Total	25.525	25.404	13.099	12.985

11 Custos operacionais

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Custos com pessoal	(123)	(95)	(59)	(49)
Energia comprada (a)	(4.672)	(1.972)	(1.270)	(1.339)
Depreciação	(7.119)	(6.574)	(3.654)	(3.287)
Gastos operacionais – geração energia	(471)	(446)	(236)	(223)
Gastos com manutenção	(2.545)	(2.561)	(1.267)	(1.219)
Outros custos	(953)	(1.281)	(469)	(579)
Total	(15.883)	(12.929)	(6.955)	(6.696)

- (a) Durante o primeiro trimestre de 2026, observou-se uma variação negativa relevante na geração de energia proveniente de fontes eólicas em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Este cenário decorreu da redução da intensidade e constância dos ventos nas regiões onde se localizam os ativos de geração da Companhia. Em decorrência da redução do recurso eólico no período, a Companhia registrou uma exposição passiva no mercado de curto prazo, tornando necessária a aquisição de energia para cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas.

12 Despesas gerais e administrativas

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(645)	(485)	(361)	(256)
Outras despesas gerais ou administrativas	(13)	2	(9)	(2)
Total	(658)	(483)	(370)	(258)

- (a) Do montante divulgado na nota em 30 de junho de 2026, R\$481 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$928 em 31 de dezembro de 2025), conforme citado na Nota 14 Partes relacionadas.



13 Resultado financeiro

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	2.129	1.661	1.065	922
Outras receitas financeiras	2	1	1	—
Total	2.131	1.662	1.066	922
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamento	(9.760)	(9.679)	(5.737)	(5.097)
Juros sobre debêntures	(6.514)	(6.486)	(3.381)	(2.842)
Juros sobre provisão de desmobilização	(112)	(95)	(48)	(31)
Apropriação do custo de captação	(438)	(366)	(222)	(188)
Outras despesas financeiras	(4)	(3)	—	—
Total	(16.828)	(16.629)	(9.388)	(8.158)
Resultado financeiro	(14.697)	(14.967)	(8.322)	(7.236)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais, bem como as transações que influenciaram os resultados do período findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	341	214
Contas a receber de clientes	341	212
Venda de energia (nota 6)/(c)	341	212
Partes relacionadas - outros créditos	—	2
Contas a receber de partes relacionadas	—	2
Passivo	1.558	99
Partes relacionadas - outras contas a pagar	1.558	99
Transações de condomínio (b)	1.553	94
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	5	5
Resultado do período	487	2.688
Receita líquida de vendas	1.065	3.797
Venda de energia (c)	1.065	3.797
Custos operacionais	(97)	(181)
Energia comprada (c)	(67)	(114)
Custos com manutenção (a)	(30)	(67)
Despesas gerais ou administrativas	(481)	(928)
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(481)	(928)

- (a) Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.
- (b) A Companhia possuía gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possuía operações de compra e venda de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.



Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os administradores não receberam remuneração ou benefícios da Companhia, incluindo: (a) salários; (b) pró-labore; (c) honorários; (d) bônus ou outras parcelas de remuneração; (e) benefícios de longo prazo; (f) benefícios de rescisão do contrato de trabalho; (g) benefícios pós-emprego; e (h) remuneração baseada em ações.

Adicionalmente, os administradores não mantinham com a Companhia operações de empréstimos ou adiantamentos, nem outros saldos decorrentes de transações com a Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Hierarquia	Categorias dos instrumentos financeiros	30/06/2026		31/12/2025	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	—	Custo amortizado	468	468	778	778
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	10.320	10.320	10.375	10.375
Contas a receber de clientes	—	Custo amortizado	5.085	5.085	5.184	5.184
Partes relacionadas - outros créditos	—	Custo amortizado	—	—	2	2
Aplicações financeiras vinculadas	—	Custo amortizado	25.195	25.195	25.088	25.088
Fornecedores	—	Custo amortizado	(749)	(749)	(885)	(885)
Debêntures	Nível 2	Custo amortizado	(89.312)	(86.057)	(90.666)	(74.439)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	(151.039)	(159.853)	(149.226)	(157.437)
Partes relacionadas - outras contas a pagar	—	Custo amortizado	(1.558)	(1.558)	(99)	(99)
Outras contas a pagar	—	Custo amortizado	(373)	(373)	(663)	(663)
Total			(201.963)	(207.522)	(200.112)	(192.096)

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são similares aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – BNDES	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável
Título de dívida – Debêntures	Técnica de comparação de mercado/fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustados por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime do lucro presumido. As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social são determinadas mediante a aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta decorrente da venda de energia, acrescidas integralmente das demais receitas tributáveis, conforme previsto na legislação fiscal aplicável.

Nos termos da Lei Complementar nº 224/2025, os percentuais de presunção aplicáveis à parcela da receita bruta que exceder os limites estabelecidos na legislação foram majorados em 10%, observados os respectivos períodos de vigência para o imposto de renda e a contribuição social.

Sobre as bases de cálculo assim determinadas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder o limite previsto na legislação, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos do período findo em 30 de junho de 2026 estão demonstrados a seguir:

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Imposto de renda - corrente	(1.092)	(931)	(537)	(494)
Contribuição social - corrente	(486)	(434)	(244)	(228)
IR e CS Corrente	(1.577)	(1.365)	(781)	(722)
Imposto de renda - diferido	(7)	—	(7)	—
Contribuição social - diferido	(4)	—	(4)	—
IR e CS Diferido	(11)	—	(11)	—
Total	(1.589)	(1.365)	(792)	(722)

Os tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento das receitas pelo regime de competência para fins contábeis e a respectiva tributação pelo regime de caixa para fins fiscais.

O quadro abaixo demonstra as apurações, com base no lucro presumido:

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

Descrição	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/04 a 30/06/2026	01/04 a 30/06/2025
Venda de energia	2.500	26.366	1.250	13.482
Alíquota de presunção	8,0%	8,0%	8,0%	8,0%
Venda de energia - LC 224/2025	23.991	—	12.345	—
Alíquota de presunção - LC 224/2025	8,8%	8,8%	8,8%	8,8%
Lucro presumido	2.311	2.109	1.186	1.079
Receitas financeiras	2.131	1.662	1.066	922
Base de cálculo	4.442	3.771	2.252	2.001
Alíquota nominal (IRPJ 15%)	(666)	(566)	(325)	(300)
IRPJ adicional (10%)	(432)	(365)	(219)	(194)
Imposto de renda	(1.099)	(931)	(544)	(494)
Venda de energia	14.146	26.366	1.250	13.482
Alíquota de presunção	12,0%	12,0%	12,0%	12,0%
Venda de energia - LC 224/2025	12.345	—	12.345	—
Alíquota de presunção - LC 224/2025	13,2%	13,2%	13,2%	13,2%
Lucro presumido	3.327	3.164	1.780	1.618
Receitas financeiras	2.131	1.662	1.066	922
Base de cálculo	5.458	4.826	2.846	2.540
Alíquota nominal (CSLL 9%)	(490)	(434)	(248)	(228)
Contribuição social	(490)	(434)	(248)	(228)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	30/06/2026	30/06/2025
Saldos iniciais	587	644
Imposto de renda e contribuição social no período	1.578	1.365
Impostos pagos sobre o lucro	(1.301)	(1.217)
Compensações no período	(375)	(280)
Saldos finais	489	512

17 Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, previdenciária, trabalhista e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas informações intermediárias.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

18 Eventos subsequentes

Em 21 de julho de 2026, foi publicada a Portaria Normativa MME nº 140, de 18 de julho de 2026, que estabeleceu as diretrizes para a operacionalização da compensação dos custos decorrentes de cortes de geração de usinas eólicas e solares fotovoltaicas, nos termos do art. 1º-B da Lei nº 10.848/2004, incluído pela Lei nº 15.269/2025.

Em 6 de agosto de 2026, a Companhia protocolou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME manifestação prévia de interesse de adesão ao mecanismo de compensação nos termos desta Portaria.

Considerando que a Administração está em processo de mensuração dos efeitos financeiros e contábeis da referida regulamentação, nenhum ativo ou ganho relacionado a essa compensação foi reconhecido nas informações intermediárias de 30 de junho de 2026.

